

OCUPAÇÃO INFORMAL EM ÁREAS ÚMIDAS EM MACAPÁ-AP: MODO DE VIDA NA RESSACA DAS PEDRINHAS.

LUANA ROCHA DE SOUZA

Graduada na Universidade Federal do Amapá

luanarochaap@gmail.com

DANIELLE COSTA GUIMARÃES

Docente do curso arquitetura e urbanismo na Universidade Federal do Amapá

dguimaraes@gmail.com

Introdução

As ocupações irregulares fazem parte do cenário das cidades brasileiras. Maricato (2000) afirma que é um fenômeno comum a ocupação de áreas ambientalmente frágeis pela população de baixa renda. Tais áreas geralmente são protegidas ambientalmente e sua ocupação é proibida, elas correspondem a beiras de córregos, áreas alagáveis, rios e reservatórios, encostas íngremes, sopés de morros, que por terem esta condição necessitam de uma legislação específica. Essas áreas não interessam ao mercado imobiliário e acabam por servir de moradia à grande parte da população. Este processo resulta na degradação ambiental do meio urbano e em graves riscos, como: desmoronamentos, enchentes, a disseminação de doenças, entre outros.

Nessa conjuntura se inserem as ocupações informais em áreas úmidas, localmente intituladas de ressacas, situadas no perímetro urbano de Macapá. Os moradores dessas áreas vivem de forma precária e estão segregados dos direitos urbanos e, por este motivo, tais assentamentos se tornam um vasto problema para a cidade. Nos últimos anos as políticas habitacionais em Macapá expandiram sua atuação de forma a minimizar tais assentamentos, entretanto elas ainda são insuficientes para suprir a demanda atual, além de os conjuntos habitacionais realizados não levarem em conta as especificidades dos moradores, como seu modo de vida e seu cotidiano, o que diminui a qualidade dos projetos.

Macapá e problemática habitacional

Macapá se localiza a sudeste do estado do Amapá, à margem esquerda do rio Amazonas, cortada pela linha do equador, com população estimada em 369.287 (IBGE, 2010). A área urbana é caracterizada por ser permeada por áreas alagadas.

Figura 1 – Localização da cidade de Macapá.



A problemática das ocupações informais em áreas de risco ou de fragilidade ambiental não é recente em Macapá, ela parte de um processo relacionado à implantação de grandes projetos mineradores e às decisões políticas tomadas nos últimos 20 anos. A exportação de manganês realizada pela ICOMI (Indústria de Comércio de Minérios S.A), a partir de 1950; a transformação do território do Amapá em estado, em 1988; e a criação da área de livre comércio em Macapá e Santana, em 1991, impulsionaram a imigração de pessoas oriundas do interior e de outros estados, que foram atraídas pela maior oportunidade de emprego, de estudo e de assistência à saúde.

Neste processo, os bairros centrais, dotados de melhor infraestrutura e de equipamentos urbanos, mais valorizados, permaneceram como área de maior atração da população. A falta de políticas públicas, a especulação imobiliária e a demanda por moradia acarretaram a ocupação das zonas intermediárias e periféricas da cidade pela população de baixa renda, demanda não solvável do mercado formal de terras (PORTILHO, 2010). Entre o período de 1950-1960, a intensidade dos fluxos migratórios desencadeou problemas de ocupações informais em áreas anteriormente consideradas inadequadas à moradia, as áreas úmidas, contudo de baixo custo e de fácil acesso. Segundo Portilho (2010, p.13) “a ausência de políticas públicas voltadas para amenizar os problemas intensificados pelo processo migratório contribui sobremaneira para que tenhamos uma cidade caracterizada pela desigualdade espacial recorrente no contexto urbano dos países em desenvolvimento”. Na década de 90 o processo migratório se intensificou (COHRE, 2006), agravando os problemas existentes.

Atualmente, observa-se um novo padrão na organização espacial da cidade de Macapá, a classe de renda alta tende a se distanciar do centro, em direção a loteamentos habitacionais na periferia dotada de amenidades e a classe de mais baixa renda segue se

apropriando de áreas ambientalmente frágeis ou periféricas. Esse novo padrão, também observado em metrópoles e médias cidades brasileiras, é conhecido como padrão fragmentado/excludente (LAGO, 2007), que consiste em uma maior aproximação espacial entre as classes sociais e, no que tange à natureza da segregação, consiste na auto segregação das camadas mais favorecidas na forma de enclaves desconectados da vida urbana local e na “segregação compulsória das camadas inferiores em espaços entendidos como disfuncionais para a economia urbana e de risco para a ordem urbana” (idem, 2007, p.278).

A aproximação espacial entre as classes sociais não significa proximidade social entre as mesmas. Caldeira (1997) constata que a classe alta tende a se auto segregar por meio de “enclaves fortificados”, termo que designa espaços destinados ao lazer, ao consumo, a residência ou ao trabalho que são privatizados, fechados e monitorados, tendo como justificativa, principalmente, o medo da violência urbana. Desse modo, ainda que estejam próximas fisicamente, as distintas classes tendem a não interagir entre si, existem obstáculos que impedem o contato entre elas, como muros e sistemas de vigilâncias.

Assentamentos informais e ressacas

As ressacas, designação local para áreas úmidas, são áreas de preservação permanente e correspondem a sistemas físicos fluviais colmatados pelos sedimentos aluviais do rio Amazonas, influenciados fortemente pela pluviosidade, drenados por água doce e interligadas a um curso principal d’água e caracterizados pela vegetação herbácea (TAKIYAMA et al., 2012). Possui valores e funções no âmbito social, ecológico e climático, tais como: “controle de enchentes, alimentação dos reservatórios de água subterrânea, controlador do clima, manutenção da biodiversidade, recreação e turismo, valor cultural, e geração de produtos (alimentos)” (TAKIYAMA et al., 2012). Elas armazenam a água de enchentes, funcionam como corredor natural de ventilação, regulam o microclima urbano, também protegem a margem contra erosão e são muito utilizadas para recreação, turismo, entre outras.

Para Maricato (2003, p.160) “qualquer análise superficial sobre as cidades brasileiras revela uma relação direta entre moradia pobre e degradação ambiental”. A ocupação de áreas ambientalmente frágeis, como as ressacas, é uma prática comum no Brasil. É inegável a importância da preservação das ressacas para o meio urbano, entretanto em Macapá o uso e a ocupação dessas áreas vêm ocorrendo de maneira totalmente desordenada.

De acordo com a espacialização dos dados obtidos pelo Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2010) feita por Neri (2004), a população que reside nas áreas de ressaca em Macapá era de aproximadamente 53.461 habitantes, o que equivale a 19,75% da população do município da época. Ainda que não tenhamos dados atuais seguros disponíveis, estes apresentados servem para se ter noção da dimensão dessas ocupações em Macapá.

Figura 2 – Beleza cênica da ressaca.

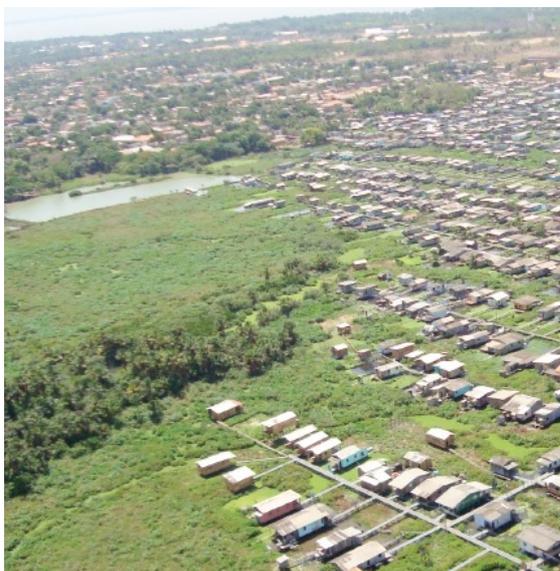


Por conta do encarecimento do solo urbano, quase um quarto da população da capital do Amapá não tem como pagar uma moradia de qualidade e são obrigadas a viver em um ambiente inadequado, estando segregados dos direitos urbanos. Girelli (2009), baseada no Plano Estratégico Municipal de Macapá, afirma que os aglomerados urbanos que apresentam maior problema habitacional em Macapá são aqueles que estão edificadas nas áreas de ressaca, estes apresentam elevado adensamento populacional em grandes favelas que, se analisados sob o âmbito ambiental e sanitário, não apresentam um mínimo de condições de habitabilidade.

De acordo com Negri (2008), morar em um bairro de baixa renda significa muito mais do que ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, de renda e cultural. A segregação “sempre impede ou dificulta o acesso dos segregados a algum serviço, benefício, direito ou vantagem, seja público, seja privado” (VILLAÇA, 2003, p.2), dessa forma, moradores de áreas segregadas são excluídos socialmente, tendo menos oportunidades de profissionalização e de emprego, sofrem

discriminação, estão mais expostos à violência, falta de infraestrutura e equipamentos urbanos. O estado, como agente com maior poder de ação nas transformações urbanas, geração de infraestrutura e valorização do solo, tem historicamente no Brasil beneficiado áreas ocupadas pelas classes de renda mais alta. Desse modo, moradores de um bairro de baixa renda tendem a se perpetuar em um ciclo vicioso da pobreza, pois possuem condições mínimas de ascender socialmente ou economicamente. Sendo assim, a segregação socioespacial deve ser interpretada como chances desiguais de se ascender socialmente.

Figura 3 – Ocupação em área de ressaca.



Observa-se na Figura 4 a expressiva dimensão espacial que as ressacas possuem com relação ao território municipal. Elas permeiam o solo urbano de Macapá e localizam-se desde o centro até sua periferia. No decorrer das últimas décadas, as ressacas, e os igarapés com os quais elas se relacionam, tem sido antropizados, aterrados e interrompidos. Atualmente, dentre os igarapés de maior importância para o município, o único que se mantém natural, quanto ao traçado e cobertura vegetal, é Igarapé da Fortaleza, já os igarapés Jandiá, Mulheres, Mendonça Junior, Santa Inês e Pedrinhas, foram descaracterizados por conta da ocupação urbana. Desse modo é inegável a sua importância dentro do planejamento municipal.

Figura 4 – Mapa da localização das ressacas na cidade de Macapá.



Diversos planos urbanos foram feitos visando sanar a problemática habitacional. No primeiro plano urbano de Macapá, feito em 1959 pela empresa GRUMBILF, houve a preocupação com as áreas úmidas, afirmando que tais áreas deveriam ser conservadas. Passados mais de vinte anos, em 1973, a Fundação João Pinheiro elaborou o Plano de Desenvolvimento Urbano de Macapá, que, dentre seus objetivos específicos, salientamos a preocupação com as condições de moradia e com as áreas de expansão urbana. Posteriormente, o Governo Federal contratou a empresa H. J. Cole e Associados, em 1976 a 1979, que fez adaptações e completou o plano anterior. Em relação às áreas úmidas, foi proibida a construção nestas áreas de forma que pudessem comprometer a qualidade da água. O estudo destinou à cidade planos para habitação que deveriam ter sido construídos durante a expansão urbana.

Em 2004, foi aprovado o Plano Diretor de Macapá, que foi um avanço para o planejamento urbano, pois contemplou, dentre outras, o ordenamento territorial, a questão habitacional - elencando as áreas prioritárias para intervenção - e a proteção do meio ambiente. Vale salientar que as diretrizes desses planos não foram totalmente postas em

prática e quando isso ocorre o resultado se expressa em diversos problemas urbanos, tais problemas podem ser observados em Macapá, como a expansão desordenada da cidade, a ocupação em áreas úmidas, o aumento do déficit e inadequação habitacional.

No que tange aos investimentos na política habitacional, até 2007 haviam apenas ações isoladas em Macapá, como a doação de lotes à população. O município ainda não possui o Plano Habitacional de Interesse Social, que serve para conhecer as especificidades locais e a demanda por habitação, além de dar diretrizes para o planejamento no âmbito habitacional. Dessa forma, o poder público desconhece a atual dimensão do problema de habitação, e pela falta do Plano Habitacional, dados primordiais se mostram ambíguos, como o quantitativo do déficit habitacional no município. Em relação à lógica de investimentos em HIS, Macapá não difere das demais cidades brasileiras, no sentido de privilegiar o aspecto quantitativo em detrimento do qualitativo. As unidades habitacionais produzidas até o momento refletem isso, a volumetria é repetitiva, o ambiente é monótono, não há preocupação com o conforto ambiental, nem com a interação com o entorno, entre outras problemáticas.

Aspectos metodológicos

Este trabalho é resultado parcial de uma pesquisa desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo em andamento, tendo sido escolhido um estudo de caso na ressaca das Pedrinhas. O método de análise escolhido foi o descritivo, pois visa descrever e analisar o modo de vida dos moradores da área em estudo e a análise foi baseada, principalmente, no aporte teórico de Bourdieu sobre o conceito *habitus*. A pesquisa foi estruturada pelas referências da abordagem qualitativa, pois se trata de investigar indicativos subjetivos, como o modo de vida dos moradores da ressaca e, também, pela quantitativa, pois são utilizados os dados disponíveis pelo IBGE.

As técnicas de coletas de dados foram a pesquisa bibliográfica, o estudo *in locu* e a entrevista. A pesquisa bibliográfica, baseada nos estudos realizados nas temáticas: segregação socioespacial, ocupação das áreas de ressaca em Macapá e *habitus*. A pesquisa *in locu* esteve voltada à compreensão das dinâmicas sociais do assentamento subnormal e a infraestrutura local. Por fim, foram efetuadas entrevistas e aplicação de 30 questionários, para compreender melhor as especificidades dos moradores, suas rotinas, suas disposições, suas

necessidades, seu estilo de vida, assim como a situação física de seus domicílios. Nesta pesquisa conclusões finais ainda não foram elaboradas, portanto apresentamos aqui algumas reflexões iniciais.

O *habitus* é um conhecimento elementar para operar as teorias desenvolvidas por Bourdieu e nos serviu como base para a elaboração do questionário e para analisar como o modo de vida dos moradores da ressaca das Pedrinhas influencia e é influenciado pelo espaço em que se inserem. O *habitus* permite relacionar o aspecto objetivo (a posição do indivíduo na estrutura social) e o aspecto subjetivo (a interiorização desse mundo objetivo). Consiste, de acordo com Bourdieu (2009), em um conhecimento adquirido, designa uma maneira de ser, uma propensão, uma inclinação. *Habitus* é a origem das disposições que são adquiridas por meio das experiências sociais aprendidas. Tal conceito pode ser entendido como a sabedoria prática, que define os modos de pensar e agir diante de certas conjunturas.

O *habitus* se torna perceptível no cotidiano das relações sociais de diversas maneiras, por meio de vontades, preferências, valores, opiniões, intuições, expectativas, gostos, no modo de se comportar, nas táticas e estratégias. Ele atua como uma lei imanente para orientar as ações no cotidiano e para construir a sabedoria prática, sendo, por isso, elemento vital na organização da vida social.

A maneira como o indivíduo internaliza sua posição social também reflete seu *habitus* – é a subjetivação da objetividade – e geralmente se refere a uma classe ou a um grupo. Nesse âmbito, o espaço social e as diferenças existentes nele tendem a funcionar como um conjunto de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes. Segundo o autor, condições de vida distintas produzem *habitus* distintos, já que as condições de vida de cada classe impõem maneiras de classificar, apreciar, desejar, perceber o necessário. Portanto, indivíduos com estilo de vida parecido e mesma posição social (afinidade de *habitus*) tendem a se unir e indivíduos com distintos *habitus* tendem a se afastar. Vamos analisar como é para os moradores da ressaca das Pedrinhas viver onde vivem.

Estudo de caso: a ressaca das Pedrinhas

O estudo de caso corresponde à ocupação irregular na ressaca das Pedrinhas, situada na Zona Sudoeste da cidade de Macapá-AP, no bairro Jardim Marco Zero. Nas décadas de 1980 e 1990 o elevado crescimento populacional desencadeou uma urbanização

acelerada nos sentidos norte e sul da cidade, sem que houvesse uma regularização dos lotes. Nessa conjuntura surge o bairro Jardim Marco Zero no início da década de 1990. Posteriormente às ocupações em áreas de terra firme, houve construções de habitações na ressaca das Pedrinhas. De acordo com questionários levantados pelo ZEEU (TAKIYAMA et al., 2012), os ocupantes mais antigos residem de 11 a 15 anos na ressaca, sendo que a maioria vive há 5 anos na ressaca.

Figura 5 – localização da área de estudo.

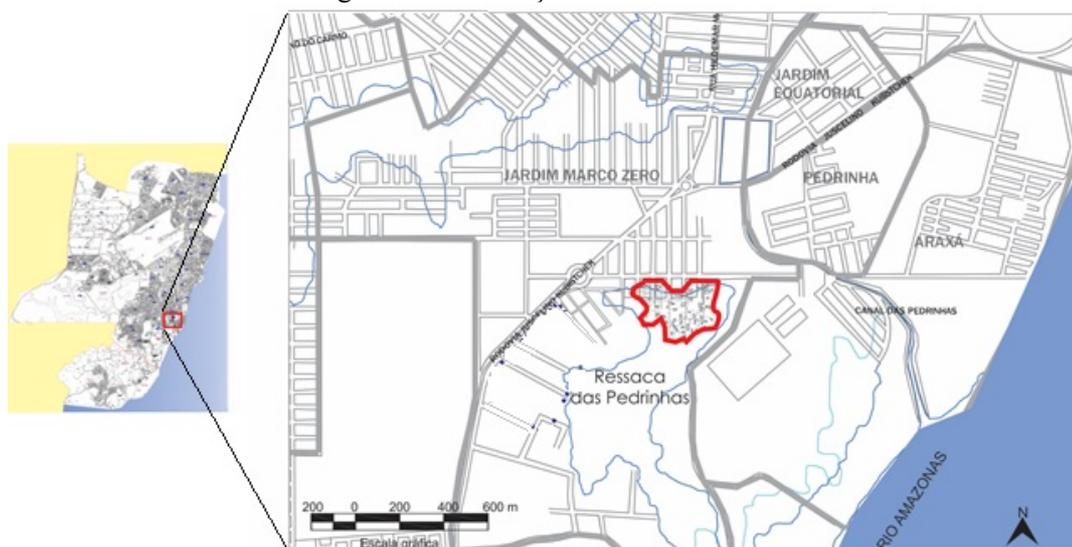


Figura 6 – Ocupação na ressaca das Pedrinhas em 2003.



Figura 7 – Ocupação na ressaca das Pedrinhas em 2013.



Por meio das figuras 6 e 7 pode-se observar que a ocupação se iniciou na borda da ressaca, próximo à Avenida Equatorial. Observa-se que durante dez anos houve um elevado aumento do quantitativo de residências no interior da ressaca, que totalizam atualmente cerca de 250 residências (estimativa realizada por meio da visita *in locu*). Tais ocupações surgiram

com a ausência do poder público, na qual o mercado imobiliário agiu livremente e onde, muitas vezes, o zoneamento urbano não foi levado em consideração, como pode ser observado na ocupação em área de preservação ambiental.

O Zoneamento Ecológico Econômico classificou a ocupação informal ressaca das Pedrinhas como Zona em Processo de Ocupação Urbana (Z3) e estabeleceu cenários desejados, proibições, tolerâncias e incentivos para essa zona, como recuperação da beleza cênica; o desenvolvimento de projetos de recuperação das margens das ressacas; a promoção da recuperação ambiental, revertendo os processos de degradação das condições físicas, químicas e biológicas do ambiente; e *proibição de ocupações dentro da ressaca* (TAKYAMA et al., 2012, grifo nosso). A partir de tais indicações, fica claro que esta ressaca pode ser recuperada ambientalmente e, com isso, se adequa ao artigo 135 do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá (PDDUA, 2004), que afirma que os moradores de áreas passíveis de recuperação ambiental estarão sujeitos a reassentamento com o intuito de garantir a segurança da população residente no local e na vizinhança ou a preservação ambiental.

Análise do entorno

Foram efetuadas análises espaciais em seis frentes: morfologia urbana, imagem do bairro, uso e ocupação do solo, equipamentos urbanos, infraestrutura e mobilidade urbana. A escala utilizada foi a de vizinhança da ressaca das Pedrinhas, assim como o bairro Jardim Marco Zero e bairros adjacentes.

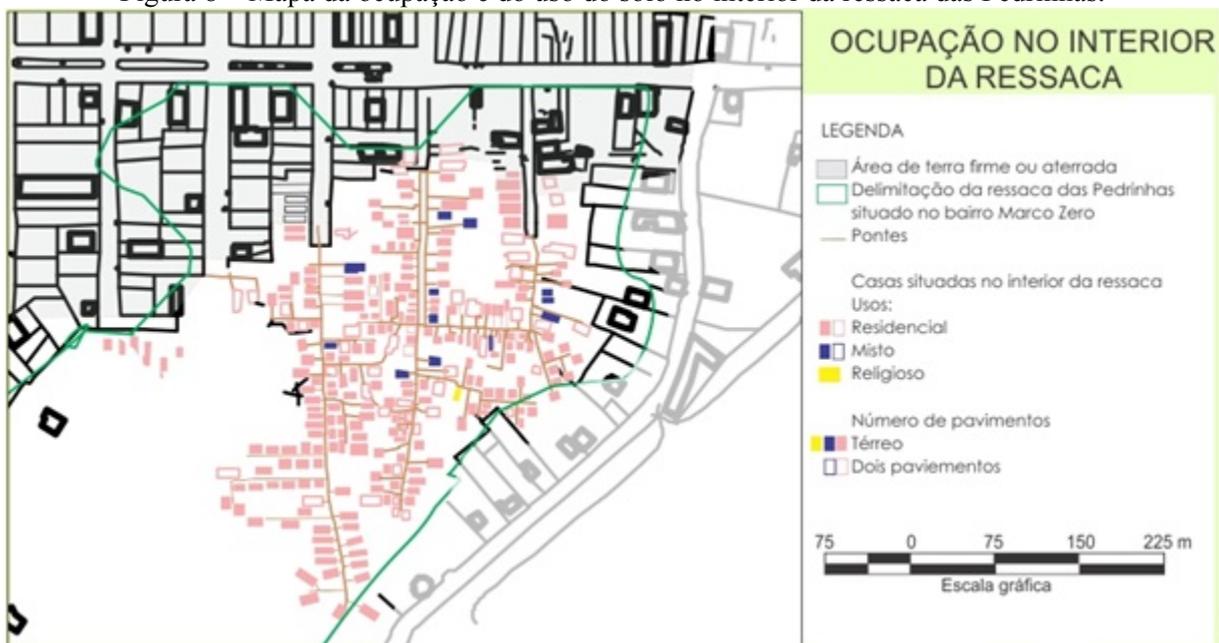
Em relação à morfologia urbana, o bairro segue a forma urbana predominante da cidade de Macapá, entretanto, no assentamento informal, as vias que correspondem as pontes não possuem um ordenamento, além de as habitações situarem-se muito próximas umas das outras.

No que tange à imagem do bairro, ele é caracterizado por ter pontos turísticos importantes como o Monumento Marco Zero do Equador, o Estádio do Zerão e o Sambódromo, que caracterizam o perímetro como área voltada à cultura e ao esporte. O bairro também se caracteriza pelo elevado padrão das habitações, ainda que a qualidade das habitações do assentamento possua relação direta com a proximidade da ressaca, pois quanto

mais próximo a ressaca, menor o padrão da habitação. As ocupações informais na ressaca estão situadas no fim de vias pouco movimentadas e podem passar despercebido a um caminhante desatento. Vale salientar que as distintas classes sociais tendem a não interagir entre si, devido aos enclaves fortificados e à segregação do medo (CALDEIRA, 2000), por conta dos índices de criminalidade. Muitos habitantes da cidade encaram essas ocupações como áreas potenciais de marginalização e de incidências de crime.

Em relação à ocupação do solo, a área de análise é predominantemente residencial e a avenida equatorial predispõe de maior diversidade de uso, com comércio, serviços e usos mistos. Eles funcionam como apoio local às moradias, com uma frequência de uso diária, que acabam influenciando no movimento de pedestres nas calçadas. É importante frisar a quantidade de lotes vazios na área, que podem ser utilizados para a criação de equipamentos públicos que atendam à demanda das pessoas do bairro. Próximo à ressaca há poucas lanchonetes e restaurantes e em seu interior esse uso é inexistente. O que predomina no interior da ressaca é uso residencial e há poucos usos mistos pulverizados na ocupação, que correspondem a residências atrás do terreno e na frente, mercadinhos, vendas de açaí ou salas de costura.

Figura 8 – Mapa da ocupação e do uso do solo no interior da ressaca das Pedrinhas.



Os comércios e serviços servem de apoio imediato à vida das pessoas, eles tendem a ter uma frequência diária ou semanal, sendo assim, devem ter fácil acesso às casas dos

moradores para tornar suas vidas mais cômodas. A diversidade de usos também colabora para a segurança no espaço público, onde se deve tentar promover o movimento das pessoas em todos os horários de forma que a rua não fique vazia (JACOBS, 2010). Desse modo, dentro da ressaca, a quantidade de comércios é insuficiente fazendo com que as pessoas tenham que ir até a avenida equatorial.

Os equipamentos públicos, conforme a norma brasileira NBR 9284, correspondem aos serviços públicos que exigem áreas ou edificações próprias para funcionarem, como escolas, praças, postos de saúde, rodoviária, dentre outros. Santos (1988) afirma que existem equipamentos que abrangem bairros e vizinhanças e que estes equipamentos devem estar pulverizados no território urbano.

No que tange às escolas pode-se afirmar que a proximidade desse equipamento em relação à moradia é desejável, de forma a permitir que uma criança com idade suficiente para andar sozinha possa caminhar de sua casa à escola em pouco tempo e de forma segura. Brau et al (1980) determinam a relação da distância e da acessibilidade dos serviços educacionais, os dividindo em educação infantil, fundamental e médio, sendo que escolas de ensino médio possuem um raio de abrangência maior, pois seus alunos têm idade suficiente para andar em transporte coletivo. Não há escolas de educação infantil, nem creches no bairro Marco Zero.

Em relação aos parques e áreas de lazer, o bairro Jardim Marco Zero possui o Monumento Marco Zero do Equador, que corresponde à área de lazer contemplativa e um ponto de atração turística. O bairro também possui duas praças, mas estão distantes da ocupação informal da ressaca das pedrinhas. Tais praças não possuem playground e seus mobiliários estão deteriorados. Em uma parte da Avenida Equatorial existe um canteiro central com bancos e arborização, entretanto é um lugar considerado perigoso, pois não é muito movimentado, devido à falta de mobiliários urbanos e de atrativos, como playground.

No interior da ressaca não há espaço livres de lazer, com isso as crianças brincam e jogam futebol na ponte. As pessoas têm o costume de sentar na varanda ou na própria ponte e interagir com os vizinhos, já que os mobiliários públicos são inexistentes, sendo assim, de dia as pontes são bem movimentadas e seguras, no sentido de assaltos.

O Estado ao implantar equipamentos urbanos e comunitários nas regiões mais bem localizadas contribui com a segregação socioespacial (VILLAÇA, 2007), na ressaca das

Pedrinhas observa-se a inexistência de equipamentos urbanos, seus moradores os procuram na vizinhança ou em outros bairros. Existe a necessidade de escolas de ensino infantil e de creches no bairro, como também um posto de saúde que atenda à demanda existente dos bairros Jardim Marco Zero e Araxá, vizinhos. Também não existem áreas livres de lazer que contemplem as necessidades da população, como praças com mobiliários, atrativos e playground.

A infraestrutura é um elemento estratégico que valoriza o solo urbano (VILLAÇA, 2007) e o Estado, controlado pela classe dominante, prioriza a implantação de infraestrutura mínima em certas áreas. Dessa forma, o bairro Jardim Marco Zero, considerado como de alta renda, possui boa infraestrutura em quase sua totalidade. O interior da ressaca consiste numa exceção, apresentando diversos problemas de infraestrutura.

O bairro dispõe de rede de água, entretanto o abastecimento nas casas do interior da ressaca é efetuado por meio de poço amazonas e poço artesiano (TAKIYAMA et al., 2012). O bairro Marco Zero não dispõe de rede de esgoto. Os resultados de entrevistas efetuadas pelo ZEEU (*Idem*, 2012) mostram que na ressaca das Pedrinhas não havia fossa em 16,67% das habitações, 53,33% possuíam fossa negra e, apenas, 30% apresentava fossa séptica, vale salientar que a fossa séptica proporciona poucos impactos negativos ambientais, sendo as outras formas citadas prejudiciais ao meio ambiente.

Figura 9 – Ocupação na ressaca das Pedrinhas.



A maior parte da área é servida de energia elétrica e iluminação pública. Em alguns trechos não há postes e a iluminação advém das próprias casas, tornando a via escura, logo, pouco atrativa para caminhadas. Existe iluminação pública em alguns trechos da ocupação na ressaca, algumas casas situadas em seu interior são cadastradas pela companhia de energia elétrica, mas boa parte não o são. Tal fato acarreta diversos problemas, como constante queda de tensão, fios aparentes e baixos ao lado das pontes, nas quais as pessoas podem, facilmente, sofrer choque elétrico.

As vias sem pavimentação são as mais próximas da ressaca. As calçadas existem na Avenida Equatorial e nas avenidas pavimentadas onde as casas são de maior poder aquisitivo, mesmo assim essas calçadas apresentam desníveis e mobiliários ou árvores que dificultam a acessibilidade física. No interior das ressacas as vias correspondem a estivas feitas de madeira, chamadas de pontes pelos moradores. Elas são os lugares com menor acessibilidade, pois muitas estão quebradas, são estreitas e podem fazer com que uma pessoa desatenta caia.

Figura 10 – Entrada da ocupação informal.



Figura 11 – Passarelas danificadas.



A mobilidade urbana se refere à facilidade de deslocamentos de pessoas e bens no espaço, esses deslocamentos são feitos por meio de veículos, bicicletas e por meio de caminhadas. Dessa forma compreender a hierarquia viária, a ligação de um bairro com outro, a garantia de transporte público, os fluxos exercidos nas vias, contribui para a compreensão da mobilidade urbana e de seus reflexos no cotidiano das pessoas.

O transporte público coletivo no bairro Marco Zero supre às maiores necessidades da população. A rodovia é servida por mais de seis linhas de ônibus e possui paradas de

ônibus com abrigo, a Avenida Equatorial também é servida pelo transporte público, entretanto apenas o ônibus Pedrinhas faz essa linha e não passa por toda a avenida. A parada de ônibus da Avenida Equatorial está próxima à ocupação da ressaca. Os abrigos de ônibus da rodovia estão um pouco distantes da ocupação e estão inadequados.

Análise dos resultados dos questionários

A maioria das pessoas que ocupa a área de ressaca é de imigrantes, sendo de outros Estados ou ribeirinhos, que migraram com o propósito de melhorar suas condições de vida (COHRE, 2006) e acabavam ocupando as áreas de ressaca, na maioria das vezes por falta de opção. Os dados levantados confirmam esse fato, pois dos entrevistados 34% nasceram em Macapá, 63% nasceram no Pará e 3% no Amazonas, sendo que 47% das pessoas provêm de Breves no Pará. Os motivos citados para a migração foram a busca de melhorias de vida, como serviços de saúde e de ensino, a busca de trabalho e para acompanhar a família. As pessoas vêm de outros lugares e carregam consigo seus modos de vida e imprimem isso nas suas casas e no modo de usar o espaço, como veremos.

A falta de renda e trabalho são os principais fatores que impelem pessoas a ocupar áreas inadequadas à habitação, pois não possuem renda para comprar ou alugar uma moradia em outras áreas. Essa realidade foi confirmada com as entrevistas: 23% dos entrevistados estão desempregados, 34% são donas de casa e não trabalham – muitas não trabalham porque não há creches na qual possam deixar os filhos –, 20% são autônomos, ou seja, desenvolvem atividades informais (mercadinhos, diárias, venda de açaí), 17% são funcionários de firmas, 3% são estudantes e 3% são aposentados.

As casas situadas no interior das ressacas são simples e com poucos ou nenhum adorno. Todas as casas no interior da ressaca são de madeira com cobertura de fibrocimento, tais materiais são utilizados por terem custo mais baixo. Em relação ao número de cômodos, grande parte dos entrevistados (23%) habitam residências com cinco cômodos, incluindo sala, cozinha, banheiro e dois quartos ou sala, cozinha, banheiro, quarto e varanda. Aproximadamente 20% dos entrevistados vivem em casas com três cômodos, com quarto, cozinha e banheiro ou varanda, sala e banheiro. Em geral, quando há poucos cômodos, estes são conjugados. Aqueles que vivem em casas com mais de seis cômodos totalizaram aproximadamente 36%, que também inclui área de trabalho ou uma maior quantidade de quartos.

Existem características peculiares nessas ocupações, como as palafitas que correspondem a casas caracterizadas pelo padrão simples, são pequenas, de madeira, possuindo, na maioria das vezes, a presença de banheiros externos e apenas um cômodo. Em geral, elas são construídas muito próximas umas às outras, não permitindo uma privacidade entre os vizinhos (Neri, 2004). Também existe a presença de espaços destinados a usos específicos, como o “jirau” e as “puxadas”, o primeiro se parece com uma bancada interligada à uma janela e que permite a lavagem de utensílios de cozinha e o preparo de alimentos, já o segundo elemento é destinado à lavagem de roupa, ambos são provenientes da cultura do ribeirinho amazônica (Robacher, 2013). Quanto à altura das edificações em relação ao nível do solo, há uma variância entre 50 a 70 cm, por conta das cheias das marés.

Figura 9 – Casa de dois pavimentos e varanda.



Figura 10 – Casas com varanda.



Questionados sobre suas condições de moradia, 4% afirmaram que acham ótimo o modo em que vivem, 30% acham bom, 23% acham regular, 20% acham ruim, 23% acham péssimo. Acredita-se que alguns já se acostumaram a viver na ponte, outros têm vergonha de responder sobre sua real condição, alguns ficavam “sem graça” e tentavam amenizar os problemas do lugar, destacando pontos positivos de morar ali, como a tranquilidade ali existente. Tal reação pode ser explicada pelo fato de não se identificarem com o entrevistador (*habitus* diferentes), já que este possui uma posição social e história diferenciada e acaba sendo visto como um ser estranho àquele ambiente.

Sobre a segurança de viver na ressaca das Pedrinhas, 67% dos moradores entrevistados afirmaram que a ressaca é perigosa, mas que de dia o lugar é tranquilo, sendo apenas à noite e nos finais de semana perigoso, o maior perigo não estava relacionado a assaltos, e sim a brigas e tiros. Interrogados se gostariam de viver em outro local 83%

afirmaram que sim, a maioria se referiu a um lugar de terra firme, e 14% afirmaram que não gostariam de morar em outro lugar.

A maioria dos entrevistados costuma ter lazer nas proximidades de onde vivem e convivem com os vizinhos na ponte ou na rua, também não interagem tanto com pessoas de fora da ressaca, já que estes dispõem de *habitus* distintos. As crianças costumam brincar mais na ponte/rua e na própria casa, seguida pela casa dos vizinhos que foi citada nove vezes, já a praça foi citada apenas uma vez, fato que comprova a falta de espaços específicos para as crianças brincarem, contudo isso representa um risco, pois as crianças brincam na ponte e muitas vezes acabam caindo na água contaminada, o que é considerado “normal” por elas.

Acreditamos que alguns já estão acostumados a viver na ponte, tendo em vista que a maioria de seus habitantes vive há cinco anos nela, sendo que os moradores mais antigos residem de 11 a 15 anos no local (Takiyama, 2012). Neste período, eles criaram identidade com o lugar, já que formaram laços com seus vizinhos, que possuem um modo de vida e um cotidiano parecido. O fato dessas pessoas terem uma história de vida parecidas, por serem imigrantes em busca de melhores condições de vida e que por falta de opção foram morar em áreas alagadas, faz com que se aproximem e se relacionem. Mesmo com todos os problemas de infraestrutura elencados anteriormente, estes moradores percebem pontos positivos do local onde vivem, como a tranquilidade do lugar e a proximidade do trabalho.

Conclusão

As ressacas são protegidas por uma vasta legislação urbanística e ambiental, na esfera municipal, estadual e federal. Mesmo com a criação de leis que amparem as ressacas, elas pouco são postas em prática, pois não há fiscalização quanto à ocupação nessas áreas, assim como não é equacionado a causa do problema das ocupações, que consiste na falta ao acesso de moradia pela população mais pobre, o que acarreta na perpetuação do problema da ocupação dessas áreas.

A maioria dos moradores da ressaca das Pedrinhas veio para a cidade buscando, principalmente, melhorias de vida, mas não foi isso que aconteceu, as pessoas precisaram se acostumar a ter um cotidiano difícil, ocasionado pela falta de infraestrutura, de saneamento e de segurança, mas mesmo com dificuldades elas possuem identidade com o lugar, pois

possuem relações de vizinhança, parentesco, proximidade do trabalho e gostam da tranquilidade do lugar.

Em suma, pessoas de origens diferentes, por estarem na mesma situação/contexto social, adquiriram os mesmos *habitus*, para Bourdieu, a definição adequada de uma posição social oferece a melhor previsão das práticas. Sendo que para definir adequadamente a posição social de um grupo, não se deve, apenas, considerar seu status hierárquico, também se deve considerar sua história. O *status* hierárquico, assim como o *habitus* gerado por ele são produtos da história, capaz de serem transformados, de forma mais ou menos difícil, pela história. Como previsão das práticas, das potencialidades objetivas, o *habitus* não é o destino, o agente tem a liberdade de escolha, liberdade está condicionada pelas regras do meio em que se insere. Sendo assim, pessoas que vivem segregadas socioespacialmente, sem interferências do Estado a seu favor, tendem a possuir menos chances de dispor de educação e profissionalização, seguem num ciclo vicioso da pobreza e da violência, na qual tem dificuldades em ascender socialmente.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRAS DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9284:1986 – *Equipamento urbano*. Rio de Janeiro: ABNT.
- BOURDIEU, P. 2008. *A distinção: crítica social do julgamento*, São Paulo, EDUSP.
- BOURDIEU, P. 2009. *O poder simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BRAU, L. MERCE, M. e TARRAGO M. 1980. *Manual de urbanismo*. Barcelona, LEUMT.
- CALDEIRA, T. P. R. 1997. Enclaves Fortificados: A Nova Segregação Urbana. *Novos Estudos SEBRAP*, 47, 179-192.
- _____. 2000. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34/Edusp.
- Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos (COHRE). 2006. *Conflitos Urbano-Ambientais em Capitais Amazônicas: Boa Vista, Belém, Macapá e Manaus*, Porto Alegre, COHRE.

- FONTES, N. e SHIMBO, I. 2003. Análise de Indicadores para Gestão e Planejamento dos Espaços Livres Públicos de Lazer: Município de Jaboticabal. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10, 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte.
- GIRELLI, C.C. 2009. *Ocupações irregulares em áreas úmidas: Análise da ocupação na ressaca Chico Dias e as consequências para o ambiente urbano*. Macapá, 122p. Master thesis, Universidade Federal do Amapá.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Available: www.ibge.gov.br. [Accessed 01 de junho de 2014].
- JACOBS, J. 2000. *Morte e vida de grandes cidades*, São Paulo, Martins Fontes.
- LAGO, L. C. 2007. Trabalho, moradia e (i) mobilidade espacial na metrópole do Rio de Janeiro. *Cadernos Metrópole*, 18, 275-293.
- MARICATO, E. 2000. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: Arantes, O. et al. (eds.), *A cidade do pensamento único*. Petrópolis, Vozes, 121-188.
- NEGRI, S. M. 2008. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. *Coletâneas do Nosso Tempo*, Rondonópolis, 7, 129-153.
- NERI, S. H. A. 2004. *A utilização das ferramentas de geoprocessamento para identificação de comunidades expostas a hepatite A nas áreas de ressacas dos municípios de Macapá e Santana/AP*. Master thesis, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PORTILHO, I. S. 2010. *Áreas de Ressaca e Dinâmica Urbana em Macapá/AP*. Rio Claro, 2010. Doctoral dissertation, UNESP, São Paulo.
- ROBACHER, L. A. 2013. Requalificação urbana e ambiental na área habitacional da zona portuária Baixada do Ambrósio, Santana, Amapá, *Inc. Soc.*, Brasília, DF, 6, 32-41.
- SANTOS, C. N. F. 1988. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF.
- VILLAÇA, F. 1997. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. VII Encontro Nacional da ANPUR. Available: www.flaviovillaca.arq.br. [Accessed 15 de junho de 2014].
- _____. 2003. A segregação urbana e a Justiça (ou a Justiça do Injusto Espaço Urbano). *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 44, 341-346.
- TAKIYAMA et al. 2012. *Zoneamento ecológico econômico – ZEE-AP*. Macapá, IEPA – ZEE.

